

ANEXO XII
DISTRITO FEDERAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2027

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	2.597.161.973		2.597.161.973
Demandas judiciais - CODHAB	30.934.711	Abertura de créditos adicionais, utilização da reserva de contingência, redução de dotação de despesas discricionárias.	30.934.711
Demandas judiciais - EMATER/DF	20.456.818		20.456.818
Demandas judiciais - TCB/DF	11.646.269		11.646.269
Demandas judiciais - METRÔ/DF	470.727.951		470.727.951
Demandas Judiciais (IPREV) a) Concessão (R\$ 23.591.860) b) Jornada de Trabalho (R\$ 39.734.358) c) Gratificações Estaduais Específicas (R\$ 9.663.230) d) Portador de Doença Grave (R\$ 48.209.318) e) Demais Assuntos (R\$ 99.988.993) f) Contribuições Previdenciárias (R\$ 35.743.827)	256.931.586		256.931.586
Demandas judiciais - NOVACAP Ações judiciais cíveis e trabalhistas com probabilidade de perdas Provável e Possível	786.090.131		786.090.131
Demandas Judiciais (PGDF - Contencioso em Matéria de Pessoal Estatutário): a) Reajuste de Remuneração, proventos ou pensão (R\$ 306.747.565) b) Gratificações Estaduais Específicas (R\$ 97.903.385) c) Aposentadoria Especial (R\$ 80.855.316) d) Diárias e Outras Indenizações (R\$ 57.808.552) e) Pagamento em Pecúnia (R\$ 38.416.645) f) Auxílio-Alimentação (R\$ 28.909.175) g) Demais Assuntos (R\$ 208.285.084)	818.955.722		818.955.722
Demandas Judiciais (PGDF - Contencioso em Matéria de Saúde Pública): a) Fornecimento de medicamentos (R\$ 83.767.858) b) Cirurgia (R\$ 27.011.654) c) UTI (R\$ 21.784.400) d) Ressarcimento de despesas médicas (R\$ 8.133.556) e) Atendimento Hospitalar em Domicílio (Home care) (R\$ 2.697.366) f) Falha no atendimento médico (R\$ 2.674.684) g) Quimioterapia (R\$ 1.985.144) h) Terapia Car-t Cell (INAS) (R\$ 38.364.123) i) Outros assuntos (R\$ 15.000.000)	201.418.785		201.418.785
Dívidas em Processo de Reconhecimento	72.314.935		72.314.935
Processo fiscalizatório da Receita Federal do Brasil referente ao PASEP exercício de 2017 (1)	43.086.316	Ingresso de recurso administrativo, com a finalidade de desconsiderar as transferências do FCDF e do IPREV, conforme processo SEI/DF n° 17095.722678/2021-71 referente ao Termo de Verificação Fiscal 01.2.01.00.2021.00097-5 (1).	43.086.316
Processo fiscalizatório da Receita Federal do Brasil referente ao PASEP exercício de 2018 (1)	29.228.619	Ingresso de recurso administrativo, com a finalidade de desconsiderar as transferências do FCDF e do IPREV, conforme processo SEI/DF n° 17095.722678/2021-71 referente ao Termo de Verificação Fiscal 01.2.01.00.2021.00097-5 (1)	29.228.619
Avais e Garantias Concedidas	7.376.274.652		7.376.274.652
Garantia concedida à CAESB referente Contrato BID 3168/OC-BR (2)	776.274.652	Garantia concedida à CAESB referente Contrato BID 3168/OC-BR (2)	776.274.652
Eventual garantia concedida ao Banco de Brasília S.A - BRB, como garantidor da operação de empréstimo	6.600.000.000	Garantia concedida pelo GDF ao BRB, na condição de acionista controlador, para o restabelecimento e fortalecimento das condições econômico financeiras do BRB, conforme limite autorizado na Lei nº 7.845/2026. (3)	6.600.000.000
SUBTOTAL	10.045.751.560	SUBTOTAL	10.045.751.560

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	1.834.893.113		1.834.893.113
Suspensão dos repasses do IRRF, relativo ao exercício de 2026, sobre as remunerações e proventos dos servidores das forças de Segurança pagos com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.	1.484.586.391	Aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal - STF sobre a legalidade da suspensão. Em havendo decisão desfavorável, serão providenciadas limitação de empenho e utilização da reserva de contingência.	1.484.586.391
Suspensão dos repasses do ICMS sobre as Tarifas de Uso do Sistema Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD), causando uma perda de receita anual.	350.306.722	Aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal - STF sobre a legalidade da suspensão. Em havendo decisão desfavorável, serão providenciadas limitação de empenho e utilização da reserva de contingência.	350.306.722
Discrepância de Projeções	87.518.050		87.518.050
Sensibilidade da previsão da receita tributária (ICMS e ISS) à variação negativa de 1 p.p do PIB utilizado.	46.621.565	Em havendo cenário macroeconômico desfavorável, serão providenciadas limitação de empenho e utilização da reserva de contingência.	46.621.565
Sensibilidade da previsão da receita tributária (IPTU e IPVA) à variação negativa de 1 p.p do IPCA utilizado.	40.896.485	Em havendo cenário macroeconômico desfavorável, serão providenciadas limitação de empenho e utilização da reserva de contingência.	40.896.485
Outros Riscos Fiscais	23.583.100.462		23.583.100.462
Riscos Cambial em operações de crédito (4)	768.343.416	Abertura de créditos adicionais, utilização da reserva de contingência, redução de dotação de despesas discricionárias.	768.343.416
Ressarcimento aos cofres do Tesouro Nacional, dos valores do IRRF incidentes sobre as remunerações e proventos dos servidores do Corpo de Bombeiros Militar e das Polícias Civil e Militar pagos com recursos do FCDF do período de 2003 a 2025.	22.814.757.046	Aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal - STF sobre a legalidade do ressarcimento. Em havendo decisão pelo ressarcimento dos recursos, deverá ser verificada a possibilidade de pagamento seguindo cronograma que viabilize o atendimento das demais despesas, segundo a capacidade fiscal do Estado.	22.814.757.046
SUBTOTAL	25.505.511.625	SUBTOTAL	25.505.511.625
TOTAL	35.551.263.185	TOTAL	35.551.263.185

FONTE: Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC

(1) Valores referentes a março de 2026.

(2) Valores referentes ao 3º Quad. De 2025, conforme relatório de Gestão Fiscal

(3) Lei nº 7.845, de 10 de março de 2026:
 Art. 2º Fica o Distrito Federal, na condição de acionista controlador do BRB, autorizado a adotar medidas destinadas à recomposição, reforço ou ampliação do patrimônio líquido e do capital social da instituição financeira, mediante:
 (...)
 III - outras medidas juridicamente admitidas que atendam às normas do sistema financeiro nacional, inclusive operações de crédito com o Fundo Garantidor de Crédito – FGC ou instituições financeiras, até o limite de R\$ 6.600.000.000,00.

(4) As oscilações na taxa de câmbio são reflexos de inúmeros fatores intrínsecos e extrínsecos, sujeitos a conjunturas e expectativas econômicas, que se refletem no preço relativo da moeda local frente a outras cestas de moedas. De tal forma que as flutuações da taxa relativa entre o preço das moedas são inerentes ao mercado cambial. Não obstante as oscilações características do mercado de câmbio e seus potenciais reflexos sobre a dívida contratual do setor público, observa-se que a exposição do Distrito Federal ao risco cambial permanece relativamente baixa em consideração aos outros entes subnacionais, situando-se em torno de 20% do estoque total da dívida contratual, concentrada especificamente em moeda estrangeira (dólar americano).